



Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

LEI Nº. , de / /

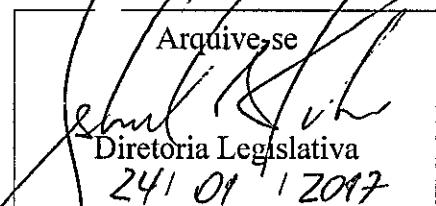
RETIRADO

Processo: 76.576

PROJETO DE LEI Nº. 12.145

Autoria: **PREFEITO MUNICIPAL (PEDRO BIGARDI)**

Ementa: Autoriza a Fundação Municipal de Ação Social-FUMAS a conceder “Auxílio-Moradia” às famílias em situação habitacional de emergência e aos jovens em situação de desacolhimento institucional; e revoga a Lei 8.122/13.





Câmara Municipal de Jundiaí
São Paulo

fls. 02

PROJETO DE LEI N°. 12.145

Diretoria Legislativa À Diretoria Financeira, após a Consultoria Jurídica. W. Manfredi Diretora 13/12/16	Prazos: <table border="1"><tr><td>projetos</td><td>20 dias</td><td>7 dias</td></tr><tr><td>vetos</td><td>10 dias</td><td>-</td></tr><tr><td>orçamentos</td><td>20 dias</td><td>-</td></tr><tr><td>contas</td><td>15 dias</td><td>-</td></tr><tr><td>aprazados</td><td>7 dias</td><td>3 dias</td></tr></table>	projetos	20 dias	7 dias	vetos	10 dias	-	orçamentos	20 dias	-	contas	15 dias	-	aprazados	7 dias	3 dias	Comissão	Relator
projetos	20 dias	7 dias																
vetos	10 dias	-																
orçamentos	20 dias	-																
contas	15 dias	-																
aprazados	7 dias	3 dias																
	<i>Parecer CJ nº:</i>	QUORUM:																

Comissões	Para Relatar:	Voto do Relator:	
À CJR. Diretora Legislativa / /	<input type="checkbox"/> avoco <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário <input type="checkbox"/> CFO <input type="checkbox"/> CDCIS <input type="checkbox"/> CECLAT <input type="checkbox"/> CIMU <input type="checkbox"/> COSAP <input type="checkbox"/> COPUMA <input type="checkbox"/> Outras: _____	Presidente / / Relator / /
À _____. Diretora Legislativa / /	<input type="checkbox"/> avoco <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário	Presidente / / Relator / /
À _____. Diretora Legislativa / /	<input type="checkbox"/> avoco <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário	Presidente / / Relator / /
À _____. Diretora Legislativa / /	<input type="checkbox"/> avoco <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário	Presidente / / Relator / /
À _____. Diretora Legislativa / /	<input type="checkbox"/> avoco <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário	Presidente / / Relator / /
À _____. Diretora Legislativa / /	<input type="checkbox"/> avoco <input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> favorável <input type="checkbox"/> contrário	Presidente / / Relator / /



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

fls 03
6

OF. GP.L. nº 412/2016

Processo nº 687-9/2011

CAMARA M. JUNDIAI (PROTÓCOLO) 13/DEZ/2016 13:09 076576

Jundiaí, 12 de dezembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Permitimo-nos encaminhar à esclarecida apreciação dessa Colenda Casa de Leis, o presente Projeto de Lei que tem por finalidade revogar a Lei nº 8.122/2013 e alterar o benefício do “Auxílio Aluguel” para “Auxílio Moradia”, a fim de adequá-lo como um instrumento da Política Municipal de Habitação, prevendo novas hipóteses para sua concessão, seus requisitos, condições e prorrogações.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


PEDRO BIGARDI
Prefeito

Ao

Exmo. Sr.

Vereador MARCELO ROBERTO GASTALDO

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

Nesta

scc.1



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

fls. 04

Processo nº 687-9/2011

PUBLICAÇÃO
16/12/16

Apresentado,
Encaminhe-se às comissões indicadas:

Presidente
13/12/16

RETIRADO
Diretoria Legislativa
20/01/2017

PROJETO DE LEI N° 12.145

Art. 1º Fica a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS autorizada a conceder benefício eventual vinculado à Política Municipal de Habitação, denominado “Auxílio-Moradia”, às famílias em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade temporária aos jovens em situação de desacolhimento institucional e em situação de vulnerabilidade temporária e às famílias moradoras de áreas submetidas a intervenções urbanas de interesse público.

§ 1º Para os fins previstos nesta Lei, considera-se família em situação habitacional de emergência aquela que teve sua moradia destruída ou interditada em função de risco de enchentes, desmoronamentos, incêndios ou outras condições de risco iminente que impeçam o uso seguro da moradia.

§ 2º O critério a ser adotado para aferição da vulnerabilidade temporária para famílias em situações habitacionais de emergência será a condição socioeconômica da família, com renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo.

§ 3º Em condições excepcionais e com base em laudo emitido pela Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS ou pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS, poderá ser concedido o benefício às famílias que ultrapassem o critério socioeconômico previsto no § 2º deste artigo, mediante a utilização dos

1



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

fls05
B

seguintes parâmetros adicionais, não excludentes e que deverão ser mensurados considerando a real necessidade da família:

I - composição da família, considerando o ciclo de vida de seus membros, especialmente a existência de dependentes menores, idosos e pessoas com deficiência;

II - capacidade real da família, em função de sua renda e de suas despesas, de pagar aluguel, considerando dentre outros fatores, a precariedade ou informalidade da relação de trabalho e o número de dependentes.

§ 4º Para os fins previstos nesta Lei, considera-se desacolhimento institucional a hipótese em que os menores acolhidos institucionalmente pelo Município ao completarem 18(dezoito) anos, ficam obrigatoriamente desabrigados, sem condições de retorno à família de origem por razões de ordem social ou determinação judicial, e que necessitem de moradia para readaptação na sociedade.

§ 5º Para os fins previstos nesta Lei, consideram-se famílias moradoras de áreas submetidas a intervenções urbanas de interesse público, aquelas que ocupem áreas localizadas no Município, onde serão realizadas intervenções específicas pelo Poder Público, envolvendo implantação de projetos de urbanização e assentamentos precários, produção de projetos habitacionais de interesse social, execução de obras de infraestrutura e implantação de equipamentos públicos ou comunitários.

§ 6º O benefício instituído por esta Lei destinar-se-á às famílias cujas moradias estejam situadas em área pública ou em área particular no Município de Jundiaí.

§ 7º O “Auxílio-Moradia” não poderá ser concedido às famílias que residam em imóveis cedidos ou alugados.

Art. 2º Compete à Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS o cadastramento das famílias que terão direito ao “Auxílio-Moradia”, nos termos desta Lei, podendo, para tanto, utilizar-se dos dados disponíveis no cadastro daquela Fundação ou da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social –SEMADS.

Parágrafo único A Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS convocará o beneficiário para atualização das informações, a qualquer tempo, sob pena de cancelamento do benefício.



Art. 3º Constituem requisitos cumulativos para a concessão do benefício “Auxílio-Moradia” às famílias em situação habitacional de emergência e vulnerabilidade temporária:

I - que o imóvel de residência da família tenha sido destruído ou interditado em função de risco de enchentes, desmoronamentos, incêndios ou outras condições de risco iminente que impeçam o uso seguro da moradia, ensejando a sua interdição, desocupação ou demolição, comprovado por laudo da Defesa Civil do Município ou do Estado de São Paulo, ou outro órgão legalmente habilitado do Estado de São Paulo;

II - que a família beneficiária resida no Município e se encontre em situação de vulnerabilidade temporária, conforme laudo emitido pela Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS - ou pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS.

Art. 4º Constituem requisitos cumulativos para a concessão do “Auxílio Moradia” ao jovem desacolhido institucionalmente;

I - ter sido acolhido institucionalmente pelo Município em sua menoridade;

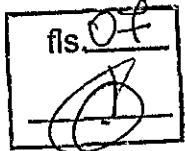
II - quando desacolhido institucionalmente ao completar 18(dezoito) anos de idade, o retorno à família de origem não for possível por razões sociais ou por determinação judicial, condições essas devidamente comprovadas por intermédio de Laudo Social elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS ou pela instituição de acolhimento,e

III – comprovação mediante laudo social elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS, ou pela instituição de acolhimento, de que o jovem necessita da moradia para sua readaptação na sociedade.

Art. 5º Constituem requisitos cumulativos para a concessão do “Auxílio-Moradia” às famílias moradoras de áreas submetidas a intervenções urbanas de interesse público, que o imóvel de residência da família no Município tenha sido interditado, desocupado ou demolido, em função de intervenção urbana do Poder Público, comprovada por laudo técnico elaborado pela Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, acompanhado do projeto da intervenção com a localização do imóvel.

Art. 6º O “Auxílio-Moradia” de que trata esta Lei, consiste em benefício correspondente ao pagamento mensal no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), destinado exclusivamente para a locação de moradia para a família beneficiada.





§ 1º Para os efeitos desta Lei, nas hipóteses previstas nos §§1º e 5º do art. 1º, o benefício corresponderá a um “Auxílio-Moradia” para cada moradia atingida, podendo, excepcionalmente, e desde que devidamente fundamentado, ser concedido mais de um benefício, nos casos de alto índice de coabitacão em assentamentos precários de baixa renda, mediante comprovação de dependência no cadastro do titular inscrito na Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS.

§ 2º O benefício corresponderá ao pagamento mensal de 01(um) “Auxílio-Moradia” por jovem desacolhido institucionalmente, sendo que, nos casos de irmãos desacolhidos, visando à manutenção do convívio familiar, será concedido um único benefício para ambos.

§ 3º Em caso de prorrogação do “Auxílio-Moradia”, o valor referido no “caput” deste artigo poderá ser reajustado, anualmente, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – do IBGE.

Art. 7º A concessão do benefício tratado nesta Lei observará os seguintes períodos:

I - às famílias cujas moradias estejam localizadas em áreas particulares que não estejam sob intervenção da FUMAS será de 06(seis) meses, podendo ser prorrogado, por uma única vez;

II - aos jovens desacolhidos institucionalmente será de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até que haja a inclusão do beneficiário no Programa de Locação Social;

III - às famílias cujas moradias estejam em áreas públicas ou áreas que estejam sob a intervenção da FUMAS, será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período até que haja a inclusão do beneficiário em empreendimento habitacional de interesse social, loteamento habitacional de interesse social, locação social ou programa habitacional de interesse social que venha a ser instituído.

§ 1º Na hipótese de oferta de lote urbanizado para edificação de moradia, o benefício será concedido pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de recebimento do lote pela família beneficiária.

§ 2º Eventuais prorrogações concedidas na forma prevista neste artigo deverão atender os preceitos contidos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.





Art. 8º A família beneficiária, por seu representante, firmará Termo de Compromisso perante a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, onde constarão seus direitos e obrigações em relação à concessão do benefício de que trata esta Lei.

Art. 9º A localização do imóvel, negociação do valor, contratação da locação e pagamento mensal ao locador será de responsabilidade do titular do benefício.

Art. 10. O Município não se responsabiliza por quaisquer ônus financeiro ou legal em relação ao locador em caso de inadimplência ou descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais por parte da família beneficiária.

Art. 11. O pagamento do benefício instituído por esta Lei cessará a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento dos requisitos e condições previstos nesta Lei.

II – descumprimento de qualquer cláusula do Termo de Compromisso firmado com a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS;

III – inclusão do beneficiário em empreendimento habitacional de interesse social, loteamento habitacional de interesse social, locação social ou outro programa habitacional de interesse social que venha a ser substituído.

Art. 12. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação 54.01.08.244.0171.8545.3.3.90.48.00.0 prevista no Orçamento da Fundação Municipal de Ação Social.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2017, revogando-se a partir dessa data a Lei nº 8.122, de 19 de dezembro de 2013.

PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente;

Senhores Vereadores:

Submetemos à apreciação dessa E. Edilidade o presente Projeto de Lei que tem por finalidade revogar a Lei nº 8.122/2013 e alterar o benefício do “Auxílio Aluguel” para “Auxílio Moradia”, a fim de adequá-lo como um instrumento da Política Municipal de Habitação, prevendo novas hipóteses para sua concessão, seus requisitos, condições e prorrogações.

Enfatizamos que a tramitação deste Projeto de Lei é de extrema urgência, uma vez que o prazo para concessão ou prorrogação do “Auxílio-Aluguel” encerra-se em janeiro de 2017.

A medida, ao vincular este benefício eventual à Política Municipal de Habitação, tem como finalidade dar mais segurança jurídica tanto à administração pública municipal quanto aos municíipes, Para tanto, o Projeto de Lei:

- a) amplia as hipóteses decorrentes de risco – enchentes, desmoronamentos, incêndios e outras condições de risco iminente que impeçam o uso seguro da moradia – para a concessão do benefício às famílias em situação habitacional de emergência e vulnerabilidade;
- b) prevê a concessão do benefício para hipóteses de intervenções específicas pelo Poder Público envolvendo implantação de projetos de urbanização de assentamentos precários, produção de projetos habitacionais de interesse social, execução de obras de infraestrutura e implantação de equipamentos públicos ou comunitários;
- c) detalha e precisa os critérios e condições tanto para a concessão do benefício quanto para sua interrupção;
- d) prorroga o prazo para sua concessão, considerando uma periodicidade realista e necessária para a solução dos desabrigamentos no Município de Jundiaí, inclusive levando em conta o tempo adequado para a produção de habitações de interesse social para o atendimento da demanda das famílias em situação habitacional de emergência e vulnerabilidade;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

fls 10
C. 1

- e) reajusta o benefício e fixa índice de reajuste e periodicidade de forma equilibrada e realista.
- f) Amplia o benefício para a situação de desacolhimento institucional de menores que, ao completarem 18 (dezoito) anos, ficam obrigatoriamente desabrigados, cujo retorno à famílias de origem não seja possível por questões sociais e/ou judiciais, e necessitam da moradia para readaptação na sociedade.

Por fim, registramos que a propositura tem adequação orçamentária, conforme demonstrativo de impacto sobre a receita e despesas anexo.

Face ao exposto de demonstrados os motivos que ensejam a presente propositura e sua urgência, permanecemos convictos de que os Nobres Edis não faltarão com o tal apoio e aprovação.


PEDRO BIGARDI
Prefeito

scc.1

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO
VALORES CORRENTES

fls. 11
CD

Art. 9º, inc. XIII, alínea a) das Instruções n° 02/2008 (TC-A-40 728/026/07) - Área Municipal - do TCE-SP

RECEITAS FISCAIS	Realizado	Realizado	Orcamento	Previsão	Previsão	Previsão
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (I)	1.453.303.865	1.550.460.039	1.782.502.200	1.901.928.709	2.020.631.250	2.142.005.977
RECEITA TRIBUTÁRIA	466.638.136	512.883.281	594.145.000	655.340.000	694.660.400	736.340.024
IPTU	98.697.858	111.229.413	125.000	145.432.000	154.157.920	163.407.395
ISS	213.450.263	229.619.714	261.000	272.176.000	288.506.560	305.816.954
ITBI	54.703.365	53.328.474	58.000	53.400.000	56.604.000	60.000.240
Outras Receitas Tributárias	99.786.630	118.705.680	150.145.000	184.332.000	195.391.920	207.115.435
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	44.255.946	51.476.046	76.345.500	86.788.000	91.995.280	97.514.997
Receita Previdenciária	-	42.922.698	58.345.500	61.638.000	65.336.280	69.256.457
Outras Contribuições	-	8.553.348	20.000.000	25.150.000	26.659.000	28.258.540
RECEITA PATRIMONIAL	45.859.846	16.298.802	20.632.300	18.126.000	23.800.378	25.365.253
Receita Patrimonial	792.455	776.730	712.000	906.000	980.360	1.017.982
Aplicações Financeiras (II)	45.067.392	15.522.072	19.920.300	17.220.000	18.253.200	19.348.392
RECEITA DE SERVIÇOS	26.225.937	26.910.431	30.275.400	43.585.000	48.200.100	48.972.106
RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS (IX)	108.321.009	69.282.269	105.102.500	140.254.000	148.669.240	157.589.394
Recetas de Contribuições - Intra-orçamentárias	101.364.556	69.282.269	99.976.200	134.267.000	142.323.020	150.862.401
Serviços Administrativos	6.956.453	-	5.126.300	5.987.000	6.346.220	6.726.993
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	800.199.814	860.797.937	963.845.700	991.942.000	1.051.458.520	1.114.546.031
FPM	42.021.253	43.836.412	52.800.000	50.140.000	53.148.400	56.337.304
ICMS	432.876.421	479.935.628	556.800.000	597.787.600	633.654.856	671.674.147
Outras Transferências Correntes	325.302.140	337.025.896	354.245.700	344.014.400	364.655.284	386.534.580
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	70.124.166	82.093.542	97.258.300	106.147.709	112.516.572	119.267.566
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I+II)	1.408.236.473	1.534.937.967	1.762.581.900	1.884.708.709	2.002.378.050	2.122.657.585
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.419.881	7.681.443	90.610.300	166.296.700	63.737.737	62.833.184
Operações de Crédito (V)	171.301	1.246.414	30.758.000	115.562.700	27.107.380	23.794.382
Amortização de Empréstimos (VI)	2.760.010	3.274.741	3.668.100	3.870.000	5.582.836	5.949.907
Alienação de Ativos (VII)	2.123.289	12.742	54.000	28.000	29.680	31.461
Transferências de Capital	7.085.566	2.363.227	40.511.300	30.505.000	25.620.880	27.305.453
Outras Receitas de Capital	39.725	784.318	19.287.000	16.331.000	5.363.420	5.718.064
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV+V+VI+VII)	4.365.281	3.147.546	56.130.200	46.836.000	31.017.841	33.057.434
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (X) = (III+VIII+IX)	1.520.922.763	1.607.387.782	1.923.814.600	2.071.798.709	2.182.065.131	2.313.304.413

DESPESAS FISCAIS	Realizado	Realizado	Orcamento	Previsão	Previsão	Previsão
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DESPESAS CORRENTES (XI)	1.438.095.913	1.566.400.666	1.778.597.550	1.925.482.300	2.049.791.601	2.177.645.537
Pessoal e Encargos Sociais	725.122.847	774.098.819	927.948.440	1.069.074.000	1.133.218.440	1.196.678.873
Juros e Encargos da Dívida (XII)	28.244.442	28.680.432	18.782.000	21.628.000	23.358.240	25.226.899
Outras Despesas Correntes	684.728.624	763.621.315	831.867.110	834.780.300	893.214.921	955.739.965
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XIII) = (XI+XII)	1.409.851.471	1.537.720.234	1.759.815.550	1.903.854.300	2.026.433.361	2.152.418.638
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	64.105.809	58.504.748	156.037.850	212.719.400	76.263.772	76.111.872
Investimentos	49.551.953	42.487.774	145.157.850	194.015.400	55.266.862	52.169.169
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XV)	14.553.856	16.036.974	10.880.000	18.704.000	20.996.910	23.942.703
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XVI) = (XIV-XV)	49.551.953	42.467.774	145.157.850	194.015.400	55.266.862	52.169.169
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	-	-	3.000.000	3.000.000	4.000.000	4.000.000
RESERVA DO RPFS (XVIII)	-	-	44.247.700	41.987.000	45.345.960	48.973.637
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS (XIX) = (XII+XVI+XVII+XVIII)	1.459.403.424	1.580.188.008	1.952.221.100	2.138.856.700	2.127.048.183	2.253.561.444

RESULTADO PRIMÁRIO (XX) = (X-XIX)	61.519.339	27.179.774	(28.406.500)	(68.057.991)	55.018.948	59.742.970
-----------------------------------	------------	------------	--------------	--------------	------------	------------

VALOR RESULTANTE DA ESTIMATIVA DE IMPACTO						
Resultado do impacto (valores inferiores ou iguais a zero implicam em ausência de impacto ou impacto nulo) DOTAÇÃO: 54.01.08.244.0171.8545.33904800 0						Impacto Nulo

Demonstrativo elaborado exclusivamente para o acompanhamento do Processo Administrativo nº 687-9/2011, visando autorização legislativa para prorrogação do prazo de vigência do benefício denominado AUXÍLIO ALUGUEL, disciplinado na Lei nº. 8.122 de 19/12/2013, cujo prazo expira em 17/01/2017; alteração da denominação para AUXÍLIO MORADIA; inclusão de menores acolhidos institucionalmente que alcançam a maioridade como beneficiários.

Maria Luisa Denadai
Diretora Depto de Planej Exec. Orçamentário

Jundiaí, 02/12/2016
Celso Luiz Colletti
Secretário Municipal de Finanças



LEI N.º 8.122, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza concessão do “Auxílio-Aluguel” às famílias em situação habitacional de emergência; dá outras providências; e revoga as leis 7.638/11, 7.815/12 e 7.965/12, correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, PROMULGA a seguinte Lei:-

Art. 1º - Fica a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS autorizada a conceder benefício eventual vinculado à Política Municipal de Habitação denominado “Auxílio-Aluguel”, às famílias em situação habitacional de emergência e de vulnerabilidade temporária e às famílias moradoras de áreas submetidas a intervenções urbanas de interesse público.

§ 1º - Para os fins previstos nesta Lei, considera-se família em situação habitacional de emergência, aquela que teve sua moradia destruída ou interditada em função de risco de enchentes, desmoronamentos, incêndios ou outras condições de risco iminente que impeçam o uso seguro da moradia.

§ 2º - O critério a ser adotado para aferição da vulnerabilidade temporária, para famílias em situações habitacionais de emergência será condição socioeconômica da família, com renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo.

§ 3º - Em condições excepcionais e com base em Laudo emitido pela Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS ou pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS, poderá ser concedido o benefício às famílias que ultrapassem o critério socioeconômico previsto no § 2º deste artigo, mediante a utilização dos seguintes parâmetros adicionais, não excludentes e que deverão ser mensurados considerando a real necessidade da família:

I - composição da família, considerando o ciclo de vida de seus membros, especialmente a existência de dependentes menores, idosos e pessoas com deficiência;

II - capacidade real da família, em função de sua renda e de suas despesas, de pagar aluguel, considerando dentre outros fatores, a precariedade ou informalidade da relação de trabalho e o número de dependentes.

§ 4º - Para os fins previstos nesta Lei, consideram-se famílias moradoras de áreas submetidas a intervenções urbanas de interesse público, aquelas que ocupem áreas localizadas no Município, onde serão realizadas intervenções específicas pelo Poder

Mod. 3

C
B



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP
(Lei nº 8.122/2013 – fls. 2)

fls. 13
C

Público, envolvendo implantação de projetos de urbanização de núcleos de submoradias e assentamentos precários, produção de projetos habitacionais de interesse social, execução de obras de infraestrutura e implantação de equipamentos públicos ou comunitários.

§ 5º - O benefício instituído por esta Lei destinar-se-á às famílias cujas moradias estejam situadas em área pública ou em área particular no Município de Jundiaí.

§ 6º - O “Auxílio-Aluguel” não poderá ser concedido às famílias que residam em imóveis cedidos ou alugados.

Art. 2º - Compete à Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS o cadastramento das famílias que terão direito ao “Auxílio-Aluguel”, nos termos desta Lei, podendo, para tanto, utilizar-se dos dados disponíveis no cadastro daquela Fundação ou da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS.

Art. 3º - O “Auxílio-Aluguel” previsto no art. 1º desta Lei, consiste em benefício correspondente ao pagamento mensal no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), destinado exclusivamente para a locação de moradia para a família beneficiada.

§ 1º - Para os efeitos desta Lei, o benefício corresponderá a um “Auxílio-Aluguel” para cada moradia atingida, podendo, excepcionalmente, e desde que devidamente fundamentado, ser concedido mais de um benefício, nos casos de alto índice de coabitAÇÃO em núcleos de submoradias e assentamentos precários, mediante comprovação de dependência no cadastro do titular inscrito na Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS.

§ 2º - Na hipótese de prorrogação do “Auxílio-Aluguel”, o valor referido no “caput” deste artigo poderá ser reajustado, anualmente, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC – do IBGE.

Art. 4º - Constituem requisitos cumulativos para a concessão do benefício “Auxílio-Aluguel”, às famílias em situação habitacional de emergência e vulnerabilidade temporária:

I – que o imóvel de residência da família tenha sido destruído ou interditado em função de risco de enchentes, desmoronamentos, incêndios ou outras condições de risco iminente que impeçam o uso seguro da moradia, ensejando a sua interdição, desocupação ou demolição, comprovado por laudo da Defesa Civil do Município ou do Estado de São Paulo, ou outro órgão legalmente habilitado do Estado de São Paulo;

Mod. 3

D
E



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP
(Lei nº 8.122/2013 – fls.3)

fls. 14

II – que a família beneficiária resida no Município e se encontre em situação de vulnerabilidade temporária, conforme laudo emitido pela Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS - ou pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS.

Art. 5º - Constituem requisitos cumulativos para a concessão do “Auxílio-Aluguel” às famílias moradoras de áreas submetidas a intervenções urbanas de interesse público, que o imóvel de residência da família no Município tenha sido interditado, desocupado ou demolido, em função de intervenção urbana do Poder Público, comprovada por laudo técnico emitido pela Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, acompanhado do projeto da intervenção com a localização do imóvel.

Art. 6º - A Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS poderá entregar à família beneficiada carta informando sobre a concessão do benefício e o valor disponibilizado mensalmente, a fim de que a mesma possa apresentar ao locador do imóvel.

Art. 7º - A família beneficiária, por seu representante, firmará Termo de Compromisso perante a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, onde constarão seus direitos e obrigações em relação à concessão do benefício de que trata esta Lei.

Art. 8º - A localização do imóvel, negociação do valor, contratação da locação e pagamento mensal ao local será de responsabilidade do titular do benefício.

Art. 9º - O Município não se responsabiliza por quaisquer ônus financeiro ou legal em relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais por parte da família beneficiária.

Art. 10 - O pagamento do benefício instituído por esta Lei cessará a qualquer tempo, nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento dos requisitos e condições previstos nesta Lei.

II – descumprimento de qualquer cláusula do Termo de Compromisso firmado com a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS.

Art. 11 - Os benefícios concedidos na vigência da Lei nº 7.638, de 17 de janeiro de 2011, alterada pelas Leis nº 7.815, de 07 de fevereiro de 2012, e de nº 7.965, de 30 de novembro de 2012, bem como os futuros benefícios a serem concedidos com base nesta Lei poderão ser prorrogados por prazos sucessivos de 12 (doze) meses, até o limite de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir de janeiro de 2014.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ – SP
(Lei nº 8.122/2013 – fls. 4)

fls 15

§ 1º – A prorrogação referida no “caput” deste artigo está condicionada à comprovação da necessidade de continuidade da concessão, inclusive com a possibilidade de modificação de situações habitacionais de emergência e vulnerabilidade temporária para situações de intervenções urbanas de interesse público, devidamente atestadas por intermédio de Laudo Social ou Técnico emitido pela Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS, ou de Laudo Social emitido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADS.

§ 2º - Na hipótese da família contemplada com o benefício do “Auxílio-Aluguel” ser cadastrada em projeto habitacional de interesse social vinculado a um projeto de urbanização de núcleos de submoradias, fica a critério da Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão do benefício, até que o empreendimento habitacional de interesse social seja concluído.

Art. 12 – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotação 54.01.08.244.0171.8545.3.3.90.48.00.0 prevista no Orçamento da Fundação Municipal de Ação Social.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014, revogando-se a partir dessa data, as seguintes Leis:

- I) Lei nº 7.638, de 17 de janeiro de 2011;
- II) Lei nº 7.815, de 07 de fevereiro de 2012 e
- III) Lei nº 7.965, de 30 de novembro de 2012.

PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Publicada na Imprensa Oficial do Município e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e treze.

EDSON APARECIDO DA ROCHA
Secretário Municipal de Negócios Jurídicos



**DIRETORIA FINANCEIRA
PARECER Nº 0065/2016**

De autoria do Prefeito Municipal, vem a esta Diretoria, para análise e parecer o Projeto de Lei n. 12.145, de autoria do Prefeito Municipal, que autoriza a Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS a conceder "Auxílio-Moradia" às famílias em situação habitacional de emergência e aos jovens em situação de desacolhimento institucional; e revoga a Lei 8.122/13.

Analizando-se a propositura em tela, solicita este órgão técnico maiores informações ao Executivo a respeito da concessão do referido auxílio, tendo em vista que tal ação já consta da peça orçamentária para o exercício de 2017, devidamente registrada na rubrica 54.008.244.0171.84.45 – PROGRAMA DE REMOÇÃO TEMPORÁRIA (AUXILIO-ALUGUEL) com previsão de R\$ 3.061.000,00 (doc. Anexo).

S.m.e.

Jundiaí, 14 de dezembro de 2016.

DJAIR BOCANELLA

Diretor Financeiro

ANDREA A A SALLES VIEIRA

Assessor de Serviços Técnicos:

Sof.

Município de Jundiaí
PROGRAMA DE TRABALHO - FISCAL
Anexo 6 da LF 4320/64 - Portaria SOF nº 8 de 04/02/85

ELR011

ORGÃO/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 5401 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS

GÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO	Operação Especial	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
008	ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	5 625 000,00	5.625 000,00
008 244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		0,00	0,00	5 625 000,00	5 625 000,00
008 244 0160	SUporte ADMINISTRATIVO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO MUNICÍPIO		0,00	0,00	2.564 000,00	2.564 000,00
008 244 0160 8543	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR	S	0,00	0,00	2.564 000,00	2.564 000,00
008 244 0171	REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	3 061 000,00	3 061 000,00
008 244 0171 8543	PROGRAMA DE REMOÇÃO TEMPORÁRIA (AUXÍLIO-ALUGUEL)	S	0,00	0,00	3.061 000,00	3 061 000,00
015	URBANISMO		0,00	1.000,00	9 121 000,00	9.122 000,00
015 452	SERVIÇOS URBANOS		0,00	1 000,00	9.121 000,00	9.122 000,00
015 452 0171	REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	1.000,00	9.121 000,00	9.122 000,00
015 452 0171 7101	CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO	F	0,00	1.000,00	0,00	1 000,00
015 452 0171 8542	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERV. FUNERÁRIO MUNICIPAL	F	0,00	0,00	9 121 000,00	9 121 000,00
016	HABITAÇÃO		0,00	13.652 000,00	17.423 000,00	31.075 000,00
016 482	HABITAÇÃO URBANA		0,00	13 652 000,00	17.423 000,00	31 075 000,00
016 482 0160	SUporte ADMINISTRATIVO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO MUNICÍPIO		0,00	0,00	13 478 000,00	13 478 000,00
016 482 0160 8550	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO	F	0,00	0,00	13 478 000,00	13 478 000,00
016 482 0171	REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
016 482 0171 7111	ASSISTÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS HABITACIONAIS	F	0,00	1.000,00	0,00	1 000,00
016 482 0172	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		0,00	13 651 000,00	3 945 000,00	17.596 000,00
016 482 0172 7102	TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	F	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
016 482 0172 7103	PRODUÇÃO HABIT. INTERESSE SOC. E OBRAS DE INFRAESTRUTURA	F	0,00	804 000,00	0,00	804 000,00
016 482 0172 7104	IMPLEMENTAÇÃO DO PROG. MINHA CASA MINHA VIDA-PMMCIV	F	0,00	3 000,00	0,00	3 000,00
016 482 0172 7105	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL	F	0,00	2 000,00	0,00	2.000,00
016 482 0172 7107	SISTEMA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA HABITACIONAL-SIMIH	F	0,00	1 000,00	0,00	1.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

Município de Jundiaí

PROGRAMA DE TRABALHO - FISCAL
 Anexo 6 da LF 4320/64 - Portaria SOF nº 8 de 04/02/85

ELR011

ORGÃO: 54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 5401 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO			TIPO	Operação Especial	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
016 482 0172 7114	REESTRUTURAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO JARDIM SÃO CAMILO			F	0,00	12.839.000,00	0,00	12.839.000,00
016 482 0172 8555	MANUTENÇÃO DOS PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO			F	0,00	0,00	3.945.000,00	3.945.000,00
017	SANEAMENTO				0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
017 512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO				0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
017 512 0162	SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS				0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
017 512 0162 7546	PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS			F	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
TOTAL					0,00	13.686.000,00	32.168.000,00	45.854.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

Município de Jundiaí

PROGRAMA DE TRABALHO POR FONTE DE RECURSO - FISCAL

ELR019

Órgão: 54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO	VÍNCULADOS			CONVÉNIOS/ OUT. TRANS/ OP. CREDITO	TOTAL
			PRÓPRIO	AUTARQUIA	FUNDOS		
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.625.000,00	0,00	0,00	0,00	5.625.000,00
08 244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		5.625.000,00	0,00	0,00	0,00	5.625.000,00
08 244 0160	SUporte ADMINISTRATIVO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO MUNICÍPIO		2.564.000,00	0,00	0,00	0,00	2.564.000,00
08 244 0160 8543	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENT	S	2.564.000,00	0,00	0,00	0,00	2.564.000,00
08 244 0171	REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		3.061.000,00	0,00	0,00	0,00	3.061.000,00
08 244 0171 8545	PROGRAMA DE REMOÇÃO TEMPORÁRIA (AUXÍLIO-ALUGUEL)	S	3.061.000,00	0,00	0,00	0,00	3.061.000,00
15	URBANISMO		6.022.000,00	3.100.000,00	0,00	0,00	9.122.000,00
15 452	SERVIÇOS URBANOS		6.022.000,00	3.100.000,00	0,00	0,00	9.122.000,00
15 452 0171	REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		6.022.000,00	3.100.000,00	0,00	0,00	9.122.000,00
15 452 0171 7101	CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO	F	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
15 452 0171 8542	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERV. FUNERÁRIO MUNIC	F	6.021.000,00	3.100.000,00	0,00	0,00	9.121.000,00
16	HABITAÇÃO		12.757.000,00	18.318.000,00	0,00	0,00	31.075.000,00
16 462	HABITAÇÃO URBANA		12.757.000,00	18.318.000,00	0,00	0,00	31.075.000,00
16 462 0160	SUporte ADMINISTRATIVO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO MUNICÍPIO		12.748.000,00	730.000,00	0,00	0,00	13.478.000,00
16 462 0160 8550	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO	F	12.748.000,00	730.000,00	0,00	0,00	13.478.000,00
16 462 0171	REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
16 462 0171 7111	ASSISTÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS HABITACIONAIS	F	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
16 462 0172	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		8.000,00	17.588.000,00	0,00	0,00	17.596.000,00
16 462 0172 7102	TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	F	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

Fb 20
9:

Município de Jundiaí

PROGRAMA DE TRABALHO POR FONTE DE RECURSO - FISCAL

ELR019

Órgão: 54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TIPO	PRÓPRIO	AUTARQUIA	VINCULADOS		CONVÉNIOS/ OUT. TRANS/ OP CREDITO	TOTAL
					FUNDOS	VENCIMENTO		
16 482 0172 7102	PRODUÇÃO HABIT. INTERESSE SOC. E OBRAS DE INFRA.	F	1.000,00	803.000,00	0,00	0,00	0,00	804.000,00
16 482 0172 7104	IMPLEMENTAÇÃO DO PROG. MINHA CASA MINHA VIDA-PMCMV	F	1.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
16 482 0172 7105	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL	F	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
16 482 0172 7107	SISTEMA MUNICIPAL DE INF. HABITACIONAL-SIMIH	F	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
16 482 0172 7114	REESTRUTURAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO JARDIM SÃO CAMILO	F	1.000,00	12.838.000,00	0,00	0,00	0,00	12.839.000,00
16 482 0172 8555	MANUTENÇÃO DOS PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	F	1.000,00	3.944.000,00	0,00	0,00	0,00	3.945.000,00
17	SANEAMENTO		2.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	3.000,00
17 512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		2.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	3.000,00
17 512 0162	SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS		2.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	3.000,00
17 512 0162 7545	PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS	F	2.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	3.000,00
TOTAL			24.406.000,00	21.418.000,00	0,00	1.000,00		45.825.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

Folha 21

Município de Jundiaí

DESPESA DO MUNICÍPIO DISCRIMINADA POR CATEGORIA E GRUPO DE NATUREZA, SEGUNDO FONTE DE RECURSOS

ELR002

ÓRGÃO 54 FUNDACÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE RECURSOS			CONVÉNIO / OUT. TRANSF./ OP. CRÉDITO	Total
		PRÓPRIO	AUTARQUIA	FUNDOS		
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	24.382.000,00	7.574.000,00	0,00	0,00	31.956.000,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.138.000,00	0,00	0,00	0,00	15.138.000,00
3.1.90.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - AD	13.133.000,00	0,00	0,00	0,00	13.133.000,00
3.1.90.01.00	APOSENTADORIA E REFORMAS	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	235.000,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS • PESSOAL CIVIL	11.933.000,00	0,00	0,00	0,00	11.933.000,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	810.000,00	0,00	0,00	0,00	810.000,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	250.000,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.91.00.00	APL DIRETA DECOR. OP. ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES	2.005.000,00	0,00	0,00	0,00	2.005.000,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS INTRAFUNCIONAL	2.005.000,00	0,00	0,00	0,00	2.005.000,00
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.244.000,00	7.574.000,00	0,00	0,00	16.818.000,00
3.3.90.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - AD	9.244.000,00	7.574.000,00	0,00	0,00	16.818.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.250.000,00	1.156.000,00	0,00	0,00	2.406.000,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	270.000,00	0,00	0,00	0,00	270.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.911.000,00	8.417.000,00	0,00	0,00	9.328.000,00
3.3.90.46.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	973.000,00	0,00	0,00	0,00	973.000,00
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	65.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	3.060.000,00	1.000,00	0,00	0,00	3.061.000,00
3.3.90.49.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE	665.000,00	0,00	0,00	0,00	665.000,00
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	24.000,00	13.844.000,00	0,00	1.000,00	13.869.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	24.000,00	13.844.000,00	0,00	1.000,00	13.869.000,00
4.4.90.00.00	INVESTIMENTOS - AD	24.000,00	13.844.000,00	0,00	1.000,00	13.869.000,00
4.4.90.39.00	OUTROS SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	4.000,00	2.000,00	0,00	0,00	8.000,00
4.4.90.51.00	OBRA E INSTALAÇÕES	4.000,00	13.640.000,00	0,00	1.000,00	13.645.000,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	14.000,00	20J.000,00	0,00	0,00	215.000,00
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.000,00	1.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Total		24.408.000,00	21.418.000,00	0,00	1.000,00	45.825.000,00

Fis 22
J.

Município de Jundiaí
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA POR FONTE DE RECURSO
SEGUNDO O GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA - FISCAL

ELR032

	3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS	3.2.00.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS	4.5.00.00.00 INVERSÕES FINANCEIRAS	4.6.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.9.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
Órgão: 54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS								
Unidade Orçamentária: 5401 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS								
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL								
244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA								
0160 - SUPORTE ADMINISTRATIVO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO MUNICÍPIO								
8543 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR	S							
0 - PRÓPRIA	1.300.000,00	0,00	1.250.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	2.564.000,00
0171 - REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
8545 - PROGRAMA DE REMOÇÃO TEMPORÁRIA (AUXÍLIO-ALUGUEL)	G							
0 - PRÓPRIA	0,00	0,00	3.051.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.051.000,00
15 - URBANISMO								
452 - SERVIÇOS URBANOS								
0171 - REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
7101 - CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO	F							
0 - PRÓPRIA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
8542 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERV. FUNERÁRIO MUNIC.	F							
0 - PRÓPRIA	4.053.000,00	0,00	1.958.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.021.000,00
7401 - FONTE VINCULADA À FUMAS		0,00	0,00	3.000.000,00	100.000,00	0,00	0,00	3.100.000,00
16 - HABITAÇÃO								
482 - HABITAÇÃO URBANA								
0160 - SUPORTE ADMINISTRATIVO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO MUNICÍPIO								
8550 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO	F							
0 - PRÓPRIA	9.775.000,00	0,00	2.873.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.748.000,00
7401 - FONTE VINCULADA À FUMAS		0,00	0,00	830.000,00	100.000,00	0,00	0,00	730.000,00
0171 - REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
7111 - ASSISTÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS HABITACIONAIS	F							
0 - PRÓPRIA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
0172 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS								
7102 - TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	F							

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

Município de Jundiaí
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA POR FONTE DE RECURSO
SEGUNDO O GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA - FISCAL

ELR032

	3.1.00.00.00 PESSOAL E ENCARGOS	3.2.00.00.00 JUROS E ENCARGOS DA † DÍVIDA	3.3.00.00.00 CUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS	4.5.00.00.00 INVERSÕES FINANCEIRAS	4.6.00.00.00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	8.9.00.00.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
Órgão: 54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS								
Unidade Orçamentária: 5401 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS								
0 - PROPRIA	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
7103 - PRODUÇÃO HABIT. INTERESSE SOC. E OBRAS DE INFRA.		F						
0 - PROPRIA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7408 - REPASSE MIN CIDADES-CEF/PT.23346190-PQ.CENTENARIO	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
7409 - REPASSE MIN CIDADES-CEF/PT.249955-04/VILA ANA	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
7413 - TC0357704-59/2011/NC-ELAB.EST.PROJ-JD N HORIZONTE	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7417 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
7104 - IMPLANTAÇÃO DO PROG. MINHA CASA MINHA VIDA-PNCGMV		F						
0 - PROPRIA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7417 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
7105 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL		F						
0 - PROPRIA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7417 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7107 - SISTEMA MUNICIPAL DE INF. HABITACIONAIS-SIMHI		F						
0 - PROPRIA	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7114 - REESTRUTURAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO JARDIM SÃO CAMILO		F						
0 - PROPRIA	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7412 - TC 032694-44/2011/NC/URBANIZ.D SÃO CAMILO	0,00	0,00	0,00	12.838.000,00	0,00	0,00	0,00	12.838.000,00
8555 - MANUTENÇÃO DOS PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL, EM HABITAÇÃO		F						
0 - PROPRIA	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
7408 - REPASSE MIN CIDADES-CEF/PT.23346190-PQ.CENTENARIO	0,00	0,00	74.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.000,00
7409 - REPASSE MIN CIDADES-CEF/PT.249955-04/VILA ANA	0,00	0,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00
7412 - TC 032694-44/2011/NC/URBANIZ.D SÃO CAMILO	0,00	0,00	2.314.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.314.000,00
7414 - REPASSE MIN CIDADES-CEF/VILA JUPI	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Legenda; S - Seguridade / F - Fiscal

411
RS
24

Município de Jundiaí
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA POR FONTE DE RECURSO
SEGUNDO O GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA - FISCAL

ELR032

	3.1 00 00 00 PESSOAL E ENCARGOS	3.2 00 00 00 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.3 00 00 00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.4 00 00 00 INVESTIMENTOS	4.5 00 00 00 INVERSÕES FINANCEIRAS	4.6 00 00 00 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	9.0 00 00 00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
Órgão: 54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS								
Unidade Orçamentária: 5401 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS								
7415 - MCPASSE M CIOADES / CEF / RESIDENCIAL VIGEVAS	0,00	0,00	251.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	251.000,00
7416 - MIN DAS CIDADES/ TRABALHO SOCIAL - JD. NOVO HORIZ	0,00	0,00	1.001.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001.000,00
7417 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
17 - SANEAMENTO								
612 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO								
0102 - SANEAMENTO E RECURSOS HIDRÓDICOS								
7546 - PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS								
0 - PRÓPRIA								
8009 - CEF/PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS								
TOTAL	15.138.000,00	0,00	16.818.000,00	13.859.000,00	0,00	0,00	0,00	45.825.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

FIS 4120
25

Município de Jundiaí										
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA POR FONTE DE RECURSO - FISCAL										
Art. 2º da LF 4320/64 e Port. Interministerial nº 163/01, art. 5º c/c art. 6º										
ELR018	ORG	UNID	FUNC	SUB-FUNC	PROG	PROJ ATIV	TIPO	CATEG ECON	FONTE REC.	VALOR R\$
54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS										
ASSISTÊNCIA SOCIAL			08							
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			244							
SUporte ADMINISTRATIVO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO MUNICÍPIO					0160					
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR	54	01	08	244	0160	8543	S			
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	PROPRIA							3.1.90.05.00	0	20.000,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS + PESSOAL CIVIL	PROPRIA							3.1.90.11.00	0	1.010.000,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	PROPRIA							3.1.90.13.00	0	76.000,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	PROPRIA							3.1.90.16.00	0	25.000,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA	PROPRIA							3.1.91.13.00	0	170.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	PROPRIA							3.3.90.30.00	0	850.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS + PESSOA JURÍDICA	PROPRIA							3.3.90.39.00	0	310.000,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE	PROPRIA							3.3.90.49.00	0	90.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	PROPRIA							4.4.90.52.00	0	14.000,00
REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			08		0171					
PROGRAMA DE REMOÇÃO TEMPORÁRIA (AUXÍLIO-ALUGUEL)	54	01	08	244	0171	8545	S			
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PROPRIA							3.3.90.39.00	0	1.000,00
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	PROPRIA							3.3.90.45.00	0	3.060.000,00
URBANISMO			15							
SERVIÇOS URBANOS			452							
REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL					0171					
CONSTRUÇÃO DE CEMITÉRIO	54	01	15	452	0171	7101	F			
OBRAS E INSTALAÇÕES	PROPRIA							4.4.90.51.00	0	1.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERV. FUNERÁRIO MUNIC.	54	01	15	452	0171	8542	F			
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	PROPRIA							3.1.90.05.00	0	70.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

Município de Jundiaí

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA POR FONTE DE RECURSO - FISCAL
Art. 2º da LF 4320/64 e Port. Interministerial nº 163/01, art. 5º c/c art. 6º

ELR018

54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS	ORG	UNID	FUNC	SUB-FUNC	PROG	PROJ ATIV	CATEG ECON	FONTE REC.	VALOR R\$
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	PROPRIA						31.90.11.00	0	3.323.000,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	PROPRIA						31.90.13.00	0	135.000,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	PROPRIA						31.90.16.00	0	25.000,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS INTRAORÇAMENTÁRIA	PROPRIA						31.91.13.00	0	510.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	FONTE VINCULADA À FUMAS						3.3.90.30.00	7.401	1.165.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PROPRIA						3.3.90.39.00	0	1.703.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	FONTE VINCULADA À FUMAS						3.3.90.39.00	7.401	1.845.000,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE	PROPRIA						3.3.90.49.00	0	255.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	FONTE VINCULADA À FUMAS						4.4.90.52.00	7.401	100.000,00
HABITAÇÃO		16							
HABITAÇÃO URBANA				462					
SUporte ADMINISTRATIVO, GESTÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS AO MUNICÍPIO					0160				
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO	PROPRIA	54	01	16	462	0160	8550	F	
APOSENTADORIA E REFORMAS	PROPRIA						31.90.01.00	0	100.000,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS	PROPRIA						31.90.05.00	0	145.000,00
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	PROPRIA						31.90.11.00	0	7.600.000,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	PROPRIA						31.90.13.00	0	400.000,00
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	PROPRIA						31.90.16.00	0	200.000,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	PROPRIA						31.90.91.00	0	5.000,00
OBRIGAÇÕES PATRONAIS INTRAORÇAMENTARIA	PROPRIA						31.91.13.00	0	1.325.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	PROPRIA						3.3.90.30.00	0	400.000,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	PROPRIA						3.3.90.33.00	0	30.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	PROPRIA						3.3.90.35.00	0	270.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PROPRIA						3.3.90.39.00	0	695.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

Município de Jundiaí

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA POR FONTE DE RECURSO - FISCAL

Art. 2º da LF 4320/64 e Port. Interministerial nº 163/01, art. 5º c/c art. 6º

ELR018

414
Faz
24

54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS	ORG	UNID	FUNC	SUB-FUNC	PROG	PROJ ATIV	TIPO	CATEG ECON	FONTE REC.	VALOR R\$
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA				FONTE VINCULADA À FUMAS				3.3 90,39 00	7 401	630 000,00
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO				PROPRIA				3 3.90 46,00	0	973 000,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS				PROPRIA				3 3.90 47,00	0	85 000,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE				PROPRIA				3 3.90,49 00	0	320 000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				FONTE VINCULADA À FUMAS				4.4 90 52,00	7 401	100 000,00
REDE DE PROTEÇÃO, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL					0171					
ASSISTÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS TÉCNICOS HABITACIONAIS	54	01	16	482	0171	7111	F	4 4 90,51,00	0	1.000,00
OBRAS E INSTALAÇÕES				PROPRIA						
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS					0172					
TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	54	01	16	482	0172	7102	F	4 4 90 39 00	0	2.000,00
OUTROS SERV TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA				PROPRIA						
PRODUÇÃO HABIT. INTERESSE SOC. E OBRAS DE INFRA.	54	01	16	482	0172	7103	F	4 4 90 39 00	0	1.000,00
OUTROS SERV TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA				PROPRIA						
OUTROS SERV TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA				TC0357704-59/2011/MC-ELAB EST.PPJ-JD N HORIZONTE				4 4 90,39 00	7.413	1.000,00
OBRAS E INSTALAÇÕES				REPASSE MIN CIDADES-CEF/PT.2334819-PQ CENTENARIO				4 4 90,51 00	7 408	100 000,00
OBRAS E INSTALAÇÕES				REPASSE MIN CIDADES-CEF/PT.249055-08/VILA ANA				4 4 90 51 00	7.409	700 000,00
OBRAS E INSTALAÇÕES				FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH				4 4 90 51 00	7.417	1.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH				4 4 90 52,00	7.417	1.000,00
IMPLEMENTAÇÃO DO PROG. MINHA CASA MINHA VIDA-PMCMV	54	01	16	482	0172	7104	F			
OUTROS SERV TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA				FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH				4 4 90,39 00	7.417	1.000,00
OBRAS E INSTALAÇÕES				FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH				4 4 90 51,00	7.417	1.000,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				PROPRIA				4 4 90 61 00	0	1.000,00
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL	54	01	16	482	0172	7105	F			
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS				PROPRIA				4 4 90 61 00	0	1.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

28
RJ 415

Município de Jundiaí										
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA POR FONTE DE RECURSO - FISCAL										
ELR018	Art. 2º da LF 4320/64 e Port. Interministerial nº 163/01, art. 5º c/c art. 6º									
54 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL - FUMAS	ORG	UNID	FUNC	SUB-FUNC	PROG	PROJ ATIV	TIPO	CATEG ECON	FONTE REC.	VALOR R\$
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH									
SISTEMA MUNICIPAL DE INF. HABITACIONAIS-SIMIH	54	01	16	462	0172	7107	F	4 490,61 00	7.417	1.000,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PROPRIA									
REESTRUTURAÇÃO E URBANIZAÇÃO DO JARDIM SÃO CAMILO	54	01	16	462	0172	7114	F	3 390,39 00	0	1.000,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	PROPRIA									
OBRA E INSTALAÇÕES	TC 0352654-44/2011/MC/URBANIZ.JD.SÃO CAMILO									
MANUTENÇÃO DOS PROJETOS DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL EM HABITAÇÃO	54	01	16	462	0172	8555	F	4 490,51 00	7.412	12.838.000,00
MATERIAL DE CONSUMO	FUND MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	PROPRIA									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	REPASSE MIN CIDADES-CEF/PT 23346190-P.Q.CENTENARIO									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	REPASSE MIN CIDADES-CEF/PT 249955-0-VILA ANA									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	TC 0352654-44/2011/MC/URBANIZ.JD.SÃO CAMILO									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	REPASSE M.CIDADES / CEP / VILA TUPI									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	REPASSE M CIDADES / CEP / RESIDENCIAL VIDEIRAS									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	MIN. DAS CIDADES/ TRABALHO SOCIAL - JD. NOVO HORIZ									
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	FUND MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH									
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	FUND MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - FMH									
SANEAMENTO	17									
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	512									
SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	0162									
PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS	54	01	17	512	0162	7546	F	4 490,39 00	0	1.000,00
OUTROS SERV TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	PROPRIA									
OBRAS E INSTALAÇÕES	PROPRIA									
OBRAS E INSTALAÇÕES	CEF/PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS									

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal

Fis 29
416

Município de Jundiaí

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA POR FONTE DE RECURSO - FISCAL
Art. 2º da LF 4320/64 e Port. Interministerial nº 163/01, art. 5º c/c art. 6º

ELR018

TOTAL

45 825.000,00

Legenda: S - Seguridade / F - Fiscal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL – FUMAS

CAMPO DE ATUAÇÃO

- Articular as questões afetas a habitação com as políticas de uso do solo, saúde, saneamento básico, desenvolvimento industrial e agrícola, transportes, proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, no âmbito de sua atuação.
- Promover os programas para reurbanização de favelas, com remoção da população assentada em áreas de risco e recuperação ambiental de tais áreas.
- Proceder à implantação de lotes urbanizados e de habitações populares.
- Desenvolver programas de mutirão e autogestão com assessoria técnica.
- Promover a participação da comunidade na elaboração e implantação dos programas habitacionais.
- Incentivar a participação da iniciativa privada no desenvolvimento de programas habitacionais.
- Envolver a comunidade técnica nos programas habitacionais através de convênios com entidades de ensino e de classe.
- Estimular e adotar novas tecnologias, buscando habitações mais econômicas e de mais rápida execução.
- Promover a política de captação de recursos financeiros municipais para atender os programas habitacionais.
- Acompanhar os programas habitacionais dos governos Estadual e Federal, e captar recursos para a execução da política habitacional do município.
- Atualizar e divulgar permanentemente o quadro de demanda habitacional do Município com obrigatoriedade realização de censo quando da elaboração do Plano Plurianual.
- Organizar e executar os serviços funerários do Município, incluindo Velório, Cemitérios e outros, com observância da Legislação vigente.
- Cuidar da parte administrativa do serviço de necropsia, em colaboração com a Secretaria Municipal de Saúde.
- Estabelecer normas de organização, racionalização e funcionamento dos Cemitérios e outros serviços funerários.
- Manter controle sobre a qualidade dos serviços prestados.
- Promoção de cursos, treinamentos, palestras e seminários de formação, qualificação, requalificação e atualização de mão-de-obra.

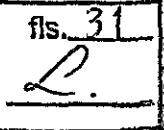
LEGISLAÇÃO

Leis: nº 2.366/79, nº 2.432/80, nº 4.624/95, nº 4.736/96, nº 5.440/00, nº 5.602/01, nº 5.727/01 e nº 6.625/05.



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo



Of. PR/DL 670/2016

Jundiaí, em 14 de dezembro de 2016

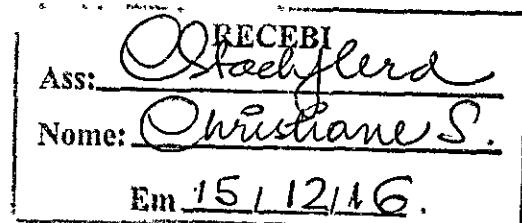
Exmo Sr.
PEDRO BIGARDI
DD. Prefeito Municipal
Jundiaí – SP

Ref.: Solicita informações para instrução do Projeto de Lei n.º 12.145/2016.

Sirvo-me do presente para solicitar a V. Exa a gentileza de providenciar as informações discriminadas pela Diretoria Financeira desta Casa em seu Parecer de n.º 0065 (cópia anexa), reputadas como imprescindíveis para a adequada instrução do Projeto de Lei n.º 12.145/2016, que autoriza a Fundação Municipal de Ação Social-FUMAS a conceder “Auxílio-Moradia” às famílias em situação habitacional de emergência e aos jovens em situação de desacolhimento institucional; e revoga a Lei 8.122/13.

Sem mais para o momento, no aguardo de vossa resposta, reitero a expressão de elevada estima e consideração.

Eng. MARCELO GASTALDO
Presidente



/lmj



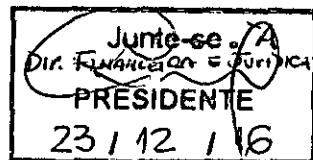
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

Ofício GP/L nº 427/2016

Processo nº 687-9/2011

Jundiaí, 20 de dezembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente:



Estamos encaminhando a essa Egrégia Edilidade os esclarecimentos julgados oportunos relativamente ao Projeto de Lei nº 12.145/2016, que autoriza a Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS a conceder “Auxílio-Moradia” às famílias em situação habitacional de emergência e aos jovens em situação de desacolhimento institucional e revoga a Lei 8.122/13, notadamente em função do apontamento efetuado pela il. Diretoria Financeira dessa Edilidade, objeto do Of. PR/DL 670/2016.

Nesse sentido, consignamos que a alteração da denominação do Programa de Auxílio Aluguel para Auxílio Moradia, por intermédio de Lei a ser editada posteriormente à aprovação do Orçamento para o exercício de 2017, não tem o condão de impedir a execução orçamentária da despesa no ano vindouro, tendo em vista que atende idênticos objetivos colimados na Lei nº 8.122/13, a ser revogada e se enquadra na mesma classificação orçamentária especificada no art. 12 da propositura.

Nesta oportunidade, registramos, por relevante, que acompanha o presente a manifestação do órgão técnico competente da Fundação Municipal de Ação Social.

Ao ensejo renovamos a V. Ex^a, os nossos protestos de estima e consideração.


PEDRO BIGARDI
Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

Vereador MARCELO ROBERTO GASTALDO

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

NESTA



TIS-33
8
613

Proc. 687-9/2011

SMF/DPEO ~ DÍPO
Em 20.12.2016

Senhora Diretora:

O presente protocolado trata de Projeto de Lei (fls. 390-399) com vistas aos seguintes objetivos:

1. Prorrogação do prazo de vigência do benefício do AUXÍLIO-ALUGUEL disciplinado na Lei nº. 8122, de 19/12/2013, cujo prazo expira em 17/01/2017;
2. Alteração da denominação de AUXÍLIO-ALUGUEL para AUXÍLIO MORADIA;
3. Inclusão, como beneficiários, de menores acolhidos institucionalmente que alcançam a maioridade.

Face à observação colocada pela Diretoria Financeira da Câmara Municipal, em relação à AÇÃO onde se alocou a despesa, levamos a efeito nova verificação da dotação que dá suporte aos gastos no exercício vindouro e constatamos que o correto é a ação 8545, conforme, aliás, ao que já houvéramos aposto no campo adequado da Análise de Impacto que, como de praxe, se encaminha ao Poder Legislativo.

Anexamos a Análise de Impacto com a data atualizada para encaminhamento à Secretaria Municipal de Relações Institucionais para os passos subsequentes.

João Carlos de Almeida
Analista Fazendário

SMF/DPEO

De acordo. Encaminhar à SMR!

Maria Luisa Denadai
Diretora Departamento de Planejamento
e Execução Orçamentária



fls. 34
G14

FUMAS / DAF

Em 19 de dezembro de 2016

Ref. Processo PMJ nº. 687-9/2011

À SUPERINTENDÊNCIA

Em atendimento ao solicitado pela Câmara Municipal de Jundiaí, informamos que tal ação já consta da peça orçamentária para o exercício de 2017, devidamente registrada na rubrica 54.01.08.244.0171.8545.3.3.90.48.00 – PROGRAMA DE REMOÇÃO TEMPORÁRIA (AUXÍLIO-ALUGUEL) com previsão de R\$ 3.060.000,00, considerando que se trata de PROGRAMA EXISTENTE, atualmente denominado AUXÍLIO-ALUGUEL, no qual há necessidade de alteração da Lei 8.122/13 para continuidade do benefício às famílias contempladas, uma vez que a referida autoriza o benefício apenas até janeiro/2017 (36 meses a contar de janeiro de 2014, conforme art. 11 da Lei 8122/13);

Dessa forma solicitamos a aprovação em caráter de urgência, a fim de não prejudicar o pagamento do benefício às famílias contempladas no início de 2017;

Segue para continuídate.

GILBERTO ANGELO BEGIATO
Diretor Administrativo e Financeiro



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

OF. G.P.L. nº 025/2017

Jundiaí, 17 de janeiro de 2017.

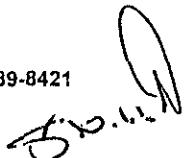
Junte-se, providencie-se e dê-se ciência
ao Plenário.

Excelentíssimo Senhor Presidente:


 PRESIDENTE
 19/01/2017

Tem o presente a finalidade de solicitar a Vossa Excelência a retirada dos Projetos de Leis, abaixo relacionados, bem como da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município, que se encontram em trâmite nesta Casa:

PROJETO DE LEI Nº 12.146	Cria o Programa Especial de Incentivo ao Sistema de Inovação de Jundiaí, de que trata a Lei 8.113/13.
PROJETO DE LEI Nº 12.145	Autoriza a Fundação Municipal de Ação Social-FUMAS a conceder "Auxílio-Moradia" às famílias em situação habitacional de emergência e aos jovens em situação de desacolhimento institucional; e revoga a Lei 8.122/13.
PROJETO DE LEI Nº 12.144	Altera as Leis 4.492/94, que instituiu o Conselho Municipal de Habitação, para modificar sua composição; e 7.016/08, que instituiu a Política Municipal de Habitação, para prever o Programa de Locação Social e modificar a renda familiar; e dar outras providências.
PROJETO DE LEI Nº 12.124	Disciplina o Conselho Municipal de Educação; e revoga a correlata Lei 5.088/97, que o criou, e a Lei 6.794/07, que alterou a sua composição.
PROJETO DE LEI Nº 12.121	Altera a Lei 8.622/16, para adequar o grau inicial dos cargos e empregos de Agente de Serviços Operacionais – Categoria II.
PROJETO DE LEI Nº 12.120	Institui o DIPLOMA DO MÉRITO AMIGO DA GUARDA MUNICIPAL.
PROJETO DE LEI Nº 12.118	Altera a Lei 7.827/12, que reformulou o Plano de Cargos, Salários e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura, para reformular a descrição do cargo de Agentes de Serviços Operacionais.
PROJETO DE LEI Nº 12.102	Redenomina para "Centro Municipal de Formação Permanente Professor Paulo Freire" o Centro Municipal de Capacitação Permanente do Pessoal do Magistério.
PROJETO DE LEI Nº 12.101	Institui o Controle Interno da Fundação Municipal de Ação Social - FUMAS.
PROJETO DE LEI Nº 12.100	Autoriza remanejamento de recursos orçamentários para o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí - IPREJUN (R\$ 3.500.000,00).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP
(OF. GP.L. nº 025/2017 – fls. 2)

fls. 96

6

PROJETO DE LEI Nº 12.097	Autoriza concessão administrativa de uso de área situada no Centro de Gerenciamento de Resíduos Sólidos-GERESOL, no Distrito Industrial, ao Instituto Antropolis para o Desenvolvimento (CREED-Centro para Pesquisa, Educação e Demonstração em Gerenciamento de Resíduos).
PROJETO DE LEI Nº 12.096	Autoriza o Instituto de Previdência do Município de Jundiaí-IPREJUN a aderir ao PRI - "Princípios para Investimento Responsável".
PROJETO DE LEI Nº 12.095	Altera a Lei 8.521/2015, que regula a realização de feiras e eventos comerciais temporários, para ampliar prazo de antecedência do requerimento e dar outras providências correlatas.
PROJETO DE LEI Nº 12.094	Altera a Lei 7.827/2012, que reformulou o Plano de Cargos, Salários e Vencimentos da Prefeitura, para redefinir a descrição dos cargos públicos que especifica, integrantes do Quadro Especial.
PROJETO DE LEI Nº 12.058	Retifica a Lei 8.666/2016, que reajustou os vencimentos, salários, funções de confiança, gratificações, proventos de aposentadoria, pensão e auxílio-alimentação do funcionalismo público, a partir de 1º. de maio de 2016, para especificar aplicação da norma em favor dos servidores do Quadro Especial.
PROJETO DE LEI Nº 12.057	Reagrupa os cargos e empregos de Assistente de Administração e Agente Fazendário e os de Assistente Técnico Tributário e Assistente de Gestão; e dá providência correlata.
PROJETO DE LEI Nº 12.055	Revoga a Lei 4.950/97, que denominou "Professor JOSÉ FLÁVIO MARTINS BONILHA" a CMEF-Classe Municipal de Ensino Fundamental Fazenda Santa Clara.
PROJETO DE LEI Nº 12.051	Redenomina Função de Confiança do quadro da Secretaria Municipal de Finanças para Chefe da Divisão de Gerenciamento do Valor Adicionado e ISSQN.
PROJETO DE LEI Nº 12.046	Revoga a Lei 3.838/91, que denominou "Praça IRIO BORGONOVI" área pública situada na Rua Roque Domingos Molinari, no Jardim Molinari.
PROJETO DE LEI Nº 12.039	Regula a permissão de uso de áreas públicas a particulares, a título gratuito ou oneroso, nos casos que especifica
PROJETO DE LEI Nº 11.977	Regula queimadas para os fins que especifica; cria Comissão Técnica Permanente correlata; e revoga as leis 7.474/10 e 7.714/11, correlatas, e dispositivo da Lei 3.705/91, que prevê multa por uso de fogo para limpeza de terreno.
PROJETO DE LEI Nº 11.954	Cria o PROGRAMA DE ESTÍMULO À CULTURA.
PROJETO DE LEI Nº 11.795	Altera a Lei 3.705/91, para modificar disposições e multas relativas a muros, calçadas e limpeza de terrenos.
PROJETO DE LEI Nº 11.729	Revoga, da Lei 4.385/94, que regula comércio e serviços ambulantes, dispositivo que exige prova de pagamento de contribuição assistencial confederativa para o licenciamento na atividade.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ - SP

(OF. GP.L. nº 025/2017 – fls. 3)

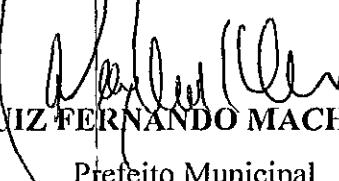
fls. 37
B

PROJETO DE LEI Nº 11.644	Altera a Lei 5.308/99, que previu sucessão do Departamento de Águas e Esgotos-DAE pela empresa correlata, para transferir à Secretaria Municipal de Recursos Humanos caso de integração dos servidores que especifica.
PROJETO DE LEI Nº 11.617	Altera a Lei 3.566/90, que consolida as Leis sobre propaganda, para prever multa por descumprimento de dispositivo; e revoga dispositivos correlatos.
PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 119	Altera a denominação da Taxa de Turismo para Contribuição Facultativa de Turismo.

As retiradas prendem-se ao fato de que as propostas serão objeto de análise por parte dos atuais gestores desta Municipalidade.

Na oportunidade, reiteramos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


LUIZ FERNANDO MACHADO

Prefeito Municipal

Ao

Exmo. Sr.

Vereador GUSTAVO MARTINELLI

Presidente da Câmara Municipal de Jundiaí

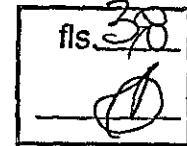
N E S T A

scc.1



Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo



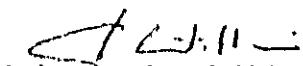
Of. PR/DL 4/2017

Jundiaí, em 20 de janeiro de 2017

Exmo. Sr.
LUIZ FERNANDO MACHADO
DD. Prefeito Municipal
JUNDIAÍ

Em atenção ao seu Ofício GP.L. nº. 025/2017, comunicamos a V.Exa. que os PROJETOS DE LEI e PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA, constantes da lista anexa, foram RETIRADOS, conforme sua solicitação.

Sem mais, apresento-lhe meus respeitos.


GUSTAVO MARTINELLI

Presidente

/rc

RECEBI
Ass: <u>Oscarfleld</u>
Nome: <u>Christiane S.</u>
Em <u>23/01/17</u>

PROJETO DE LEI N°. 12.145

Juntadas:

fls. 02/15 em 13/12/16 (B)

fls. 16/30 em 14. 12. 2016 (J).

fls 31 em 15/12/2016 Luar n.º;

fls. 32-34 em 22/12/16 8m;

fls. 35/38 em 24/01/17 (B),

Observações: